



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEZEMBRO/2022

Carta de Responsabilidade da Administração

Timóteo, MG, 20 de março de 2023

Assunto: Carta de representação da administração da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM, referente às demonstrações contábeis levantadas em 31 de dezembro de 2022.

Prezados Senhores:

Com referência ao seu exame das demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM, relativa ao exercício findo em 31/12/2022, fornecemos esta carta de representação em conexão com a sua auditoria, cujo objetivo é de expressar uma opinião se as demonstrações contábeis foram apresentadas adequadamente e averiguar se as mesmas refletem em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Para fins de identificação, as demonstrações contábeis apresentam os seguintes valores básicos:

TOTALIS	Valores correspondentes	
	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
Ativo	12.224.405,25	11.257.984,53
Passivo	1.399.972,67	1.459.304,24
Patrimônio Líquido	10.824.432,58	9.798.680,29
(=) Total do Passivo + Patrimônio Líquido	12.224.405,25	11.257.984,53
Sobras ou Perdas do exercício	778.703,58	516.817,67

Cumprimos nossas responsabilidades como definidas nos termos do convênio do trabalho de auditoria, pela elaboração e apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Desta forma, conforme ata de reunião do Conselho de Administração, datada de 02 de março de 2023, as demonstrações contábeis foram revisadas e aprovadas.

Confirmamos que (com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente):

- 01- A escrituração contábil e os controles internos adotados pela Cooperativa no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao tipo de atividade e volume de transações.
- 02- Confirmamos que todas as transações efetuadas foram devidamente registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações contábeis de acordo com a legislação vigente.
- 03- A Cooperativa tem cumprido todas as disposições de seus contratos que poderiam, em caso de descumprimento, ter um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis.
- 04- Não temos operações que possam ser consideradas como instrumentos financeiros derivativos.
- 05- Nossa administração cumpriu todas as normas e regulamentos a que a Cooperativa está sujeita e não houve qualquer comunicação referente à inobservância de exigências de autoridades regulamentadoras a respeito de aspectos financeiros.
- 06- Todos os ativos são de propriedade da Cooperativa e que os mesmos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames.

- 07- Conforme levantamento realizado pela administração desta cooperativa e registrado na ata de reunião da Diretoria ou do Conselho de Administração, datada de 29 de Dezembro de 2022 não há indícios de possível desvalorização dos ativos que indiquem a necessidade de ajustes ao valor recuperável, exceto pelas provisões já constituídas, conforme resolução CMN nº 3.566, de 29/05/2008.
- 08- Foram adequadamente contabilizados e divulgados nas demonstrações contábeis os saldos das provisões de risco de crédito, conforme legislação em vigor, principalmente no tocante à devida classificação das operações renovadas/re negociadas, sendo o saldo apurado representativo do real risco da nossa carteira de crédito.
- 09- Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.
- 10- Não existem irregularidades pendentes envolvendo a administração ou colaboradores que possam ter efeito significativo sobre as demonstrações contábeis.
- 11- Não temos conhecimento de outras contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis, que não as já provisionadas ou divulgadas em notas explicativas, exceto as que foram julgadas como probabilidade de perda remota para a cooperativa. As estimativas foram contabilizadas com base em dados e pressupostos consistentes confirmados por nosso(s) assessor(es) jurídico(s)/advogado(s) credenciado(s). Todas as informações sobre contingências que envolvem a Cooperativa, na data base das demonstrações contábeis foram disponibilizadas e informadas a V.Sas.
- 12- Não há quaisquer contingências fiscais, trabalhistas, previdenciárias, comerciais e legais que possam afetar a situação financeira e patrimonial da Cooperativa e influir, significativamente, na continuidade de suas atividades.
- 13- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis para os quais as práticas contábeis adotadas no Brasil exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados em conformidade com o CPC 24.
- 14- Foi observado o Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados no que tange a registros e divulgações em conformidade com a Resolução CMN nº 4.424/15.
- 15- Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Cooperativa.
- 16- Julgamos que os seguros contratados foram efetuados em valores suficientes para cobrir eventuais sinistros que possam ocorrer.
- 17- Os efeitos das distorções não corrigidas apontadas por esta auditoria foram considerados por esta administração como irrelevantes, individual e agregadamente para as demonstrações contábeis como um todo.
- 18- Confirmamos a seguir o cadastro de todos os consultores jurídicos que cuidam de litígios cuja cooperativa é parte envolvida:

Nome/Escritório	Endereço	OAB
ANDRADE SILVA ADVOGADOS	Rua Aimorés, 2.540, Lourdes, Belo Horizonte MG CEP 30140-072.	OAB/MG nº. 52.334

- 19- Relacionamos a seguir as instituições financeiras com os quais a cooperativa mantém relacionamento:

Nome do banco	Agencia	Conta corrente
Caixa Econômica Federal	1462	344-1
Caixa Econômica Federal	1462	2307-8

- 20- Divulgamos aos senhores a identidade das partes relacionadas e todos os relacionamentos e transações das quais temos conhecimento como operações de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. Inclui-se na remuneração todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela instituição a colaboradores que exercem cargo de gestão em troca dos serviços que lhes são prestados, bem como foram apropriadamente contabilizados e divulgados em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Não temos conhecimento de outras partes relacionadas, além daquelas pelas quais se apresentam informações nas respectivas notas explicativas às demonstrações contábeis, e que listamos a seguir:

Nome	Código	Relação
Jose de Araújo Ferreira	1-00859-1	Diretor Presidente
Marli das Graças Pessoa Ferreira	1-15040-1	Esposa Presidente
Carlos Eduardo Lisboa e Almeida	1-10410-8	Diretor Administrativo
Magda Drummond Nunes Castro	1-02187-3	Diretora Financeira
José Oleni Gonçalves	1-03417-0	Conselheiro de Administração
Raimundo Martins dos Santos	1-03536-0	Conselheiro de Administração

- 21- Não temos conhecimento de que diretores ou funcionários em cargos de responsabilidade ou confiança tenham participado ou participem da administração ou tenham interesses em sociedades com as quais a empresa mantinha ou mantém transações.
- 22- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude. Não temos conhecimento de fraude envolvendo a administração ou colaboradores em cargos de responsabilidade ou confiança que poderiam ter efeito relevante nas demonstrações contábeis e violação ou possíveis violações de leis, normas ou regulamentos cujos efeitos deveriam ser considerados para divulgação nas demonstrações contábeis ou mesmo dar origem ao registro de provisão para contingências passivas.
- 23- Divulgamos a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração de demonstrações contábeis
- 24- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas autuação, comunicação, bem como qualquer outro tipo de correspondência, enviado pelo Banco Central do Brasil – BACEN, pela Cooperativa Central ou por qualquer outro órgão regulador/fiscalizar.
- 25- Divulgamos aos senhores todas as informações relativas às deficiências no controle interno de que a administração tem conhecimento.
- 26- Reconhecemos nossa responsabilidade quanto à integridade das informações contidas nos descritivos das atividades de controles internos, visando o atendimento à Circular nº 3.467/09 do Banco Central do Brasil e Comunicado Técnico do Ibracon nº 03/10, item 35.
- 27- Reafirmamos que continuam apropriadas, as representações formais que fizemos anteriormente a respeito dos períodos precedentes relativos, atualmente, aos valores correspondentes apresentados para efeito comparativo às demonstrações contábeis.
- 28- Nós lhes fornecemos:
- acessos a todas as informações das quais estamos cientes que são relevantes para a elaboração das demonstrações contábeis, tais como registros, documentação, atas de reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e outros.

- Informações adicionais que V. Sas. nos solicitaram para o propósito da auditoria.
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram necessário obter evidência de auditoria.
- Todos os documentos que pretendemos publicar além das demonstrações contábeis, sendo estes consistentes entre si e não contendo nenhuma distorção relevante.

Atenciosamente,

Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda. – COOPERTIM

Jose de Araújo Ferreira
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida
Diretor Administrativo

Magda Drumonnd Nunes Castro
Diretora Financeira

Valdenice da Consolação Souza
Contadora
CRC MG-79.571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda

4127-Cooperartim

BALANÇO PATRINOMIAL ENCERRADO EM 31/12/2022

ATIVO	NOTAS	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE E REALIZAVEL A LONGO PRAZO		12.222.516,76	11.254.662,58
DISPONIBILIDADES	4	4.354.836,42	3.904.200,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	7.828.683,44	6.616.310,96
Setor Privado		7.974.559,98	6.751.888,64
(-) Provisão de Crédito		-145.876,54	-135.577,68
OUTROS CRÉDITOS	6	38.996,90	734.150,70
Diversos		509.037,89	1.204.191,69
Prov. p/ Outros Créd. de Liq. Duvidosa		-470.040,99	-470.040,99
OUTROS VALORES E BENS		0,00	0,00
Despesas Antecipadas		0,00	0,00
PERMANENTE		1.888,49	3.321,95
IMOBILIZADO DE USO	8	1.888,49	3.321,95
Investimentos	7	0,00	0,00
Outras Imobilizações de Uso		38.471,14	38.471,14
(-) Depreciações Acumuladas	8	-36.582,65	-35.149,19
TOTAL DO ATIVO		12.224.405,25	11.257.984,53

PASSIVO			
PASSIVO CIRCULANTE E REALIZAVEL A LONGO PRAZO		1.399.972,67	1.459.304,24
OUTRAS OBRIGACÕES	9	1.399.972,67	1.459.304,24
Cobrança e Arrec. de Trib. e Assemelhados		4.088,99	1.709,77
Sociais e Estatutárias	9.1	1.273.606,62	1.332.784,73
Fiscais e Previdenciárias	9.2	9.650,74	11.261,88
Diversas	9.3	112.626,32	113.547,86
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	10.824.432,58	9.798.680,29
Capital de Domiciliados no País	10(a)	7.614.908,96	7.057.104,36
Reservas de Lucros	10(c)	2.430.820,04	2.225.388,26
Sobras ou Perdas Acumuladas	10(e)	778.703,58	516.187,67
TOTAL DO PASSIVO		12.224.405,25	11.257.984,53

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

JOSÉ DE ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMONND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-79571-O-7



DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS DO EXERCÍCIO

ENCERRADO EM: 31/12/2022

Em reais

Descrição	Notas	Segundo Semestre/2022	31/12/2022	31/12/2021
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		840.213,56	1.624.233,93	1.534.105,20
Operações de Crédito	13	840.213,56	1.624.233,93	1.534.105,20
DISPÊNDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(90.704,12)	(67.557,75)	(33.511,42)
Provisão para Operações de Créditos	14	(90.704,12)	(67.557,75)	(33.511,42)
RESULTADO BRUTO INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		749.509,44	1.556.676,18	1.500.593,78
OUTROS INGRESSOS/REC. (DISPÊNDIOS/DESP.) OPERACIONAIS		(79.798,69)	(275.088,85)	(549.591,59)
Dispêncido/Despesas de Pessoal	15	(198.334,15)	(397.302,08)	(380.735,69)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	16	(172.729,91)	(314.184,74)	(324.669,39)
Dipêndios/Despesas Tributárias	15	(2.566,07)	(5.342,96)	(11.564,75)
Outras receitas operacionais	17	295.144,82	444.436,74	160.165,59
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	18	(1.313,38)	(2.695,81)	(2.787,35)
Resultado de Equivalencia Patrimonial		-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL		669.710,75	1.281.587,33	951.002,19
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	19	(8.924,00)	(15.134,50)	(6.707,46)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES	19	660.786,75	1.266.452,83	944.294,73
RESULTADO ANTES PROVISÃO JUROS AO CAPITAL		660.786,75	1.266.452,83	944.294,73
JUROS AO CAPITAL	12	(142.802,83)	(293.073,35)	(299.060,14)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		517.983,92	973.379,48	645.234,59
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS		(194.675,90)	(194.675,90)	(129.046,92)
F A T E S				
Reserva Legal	10(e)	(97.337,95)	(97.337,95)	(64.523,46)
F A T E S - ATOS NÃO COOPERATIVOS	10(e)	(97.337,95)	(97.337,95)	(64.523,46)
REVERSÃO DE RESERVAS		-	-	-
SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	10(e)	323.308,02	778.703,58	516.187,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMONND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-79.571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda
4127 – Coopertim

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DRA	2º Sem. 2022	31/12/2022	31/12/2021
Sobras/Perdas Líquidas	323.308,02	778.703,58	516.187,67
Outros resultados abrangentes			
Total do resultado abrangente	323.308,02	778.703,58	516.187,67

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMONND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 / 2021
(Em Reais)

DESCRIÇÃO	Notas	2º SEMESTRE 2022	31/12/2022	31/12/2021
Atividades Operacionais				
Sobras/Perdas do Exercício	19	660.786,75	1.266.452,83	944.294,73
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	-
Provisão para Operações de Crédito		86.821,42	10.298,86	7.278,50
Depreciações e Amortizações	16	695,52	1.433,46	1.432,42
Despesa de Juros ao Capital	12	(142.802,83)	(293.073,35)	(299.060,14)
		605.500,86	985.111,80	653.945,51
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-
Relações Interfinanceiras		-	-	-
Relações Interdependências		-	-	-
Operações de Crédito		(504.058,67)	(1.222.671,34)	(619.484,20)
Outros Créditos		4.697,41	695.153,80	(370.304,98)
Outros Valores e Bens		9.787,45	-	-
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos a Vista		-	-	-
Depósitos de Poupança		-	-	-
Depósitos sob Aviso		-	-	-
Depósitos a Prazo		-	-	-
Outros Depósitos		-	-	-
Outras Obrigações		137.199,27	(59.331,57)	208.416,09
Recur. de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias - LCA		-	-	-
Relações Interdependências		-	-	-
Relações Interfinanceiras		-	-	-
Obrigações por Empréstimos e Repasses		-	-	-
Resultado de Exercícios Futuros		-	-	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		253.126,32	398.262,69	(127.427,58)
Atividades de Investimentos				
Alienação de Investimento				
Alienação de Imobilizações de Uso				
Aplicação no Intangível				
Aplicação no Diferido				
Saldo de Incorporações				
Inversões em Imobilizado de Uso				
Inversões em Investimentos				691.345,58
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		-	-	691.345,58
Atividades de Financiamentos				
Doação		-	-	-
Outros Fundos		-	-	-
Ao FATES		-	(108.093,84)	(233.024,90)
Reversão de Outros Fundos		-	-	-
Em Conta Corrente do Associado		-	(300.000,00)	(300.000,00)
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados		-	-	-
Incorporação de capital - Ex associados		-	-	-
Por Subscrição/Realização		399.654,32	788.350,64	865.259,87
Por Devolução (-)		(107.684,96)	(520.606,18)	(391.046,02)
Subscrição de Juros ao Capital		-	290.060,14	-



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda
4127 - Coopertim

Estorno Capital Subscrito		-	-	-
Saldo das Incorporações		-	-	-
IRRF sobre Juros ao Capital		-	-	-
FATES - Atos Não Cooperativos		-	-	-
FATES - Atos Cooperativos	10(e)	(97.337,95)	(97.337,95)	(64.523,46)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		194.631,41	52.372,81	(123.334,51)
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades		447.757,73	450.635,50	440.583,49
Modificações em Disponibilidades Líquida				
No Início do Período		3.907.078,69	3.904.200,92	3.463.617,43
No Fim do Período		4.354.836,42	4.354.836,42	3.904.200,92
Variação Líquida das Disponibilidades		447.757,73	450.635,80	440.583,49

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTE

CARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVO

MAGDA DRUMONND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRA

VALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda
4127 - COOPERTIM

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
4127 - COOPERTIM

Eventos	Capital	Reservas de Sobras	Sobras ou Perdas	Totais
	Capital Subscrito	Legal	Acumuladas	
Saldo em 31/12/2020	6.582.890,51	2.010.864,80	683.024,90	9.276.780,21
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Doação				
Outros Fundos				
Ao FATES			(233.024,90)	(233.024,90)
Constituição de Reservas		150.000,00	(150.000,00)	
Reversão de Outros Fundos				
Juros ao Capital				
Em Conta Corrente do Associado			(300.000,00)	(300.000,00)
Ao Capital				
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				
Incorporação de capital - Ex associados				
Movimentação de Capital:				
Por Subscrição/Realização	865.259,87			865.259,87
Por Devolução (-)	(391.046,02)			(391.046,02)
Reversões de Reservas				
Estorno Capital Subscrito				
Saldo das Incorporações				
Sobras ou Perdas Líquidas			944.294,73	944.294,73
Provisão do Juros ao Capital			(299.060,14)	(299.060,14)
Subscrição dos Juros ao Capital				
IRRF sobre Juros ao Capital				
FATES - Atos Não Cooperativos				
Destinação das Sobras ou Perdas:				
. Fundo de Reserva		64.523,46	(64.523,46)	
. F A T E S			(64.523,46)	(64.523,46)
Saldos em 31/12/2021	7.057.104,36	2.225.388,26	516.187,67	9.798.680,29
Ajustes de Exercícios Anteriores				
Destinação de Sobras Exercício Anterior				
Doação				
Outros Fundos				
Ao FATES			(108.093,84)	(108.093,84)
Constituição de Reservas		108.093,83	(108.093,83)	
Reversão de Outros Fundos				
Em Conta Corrente do Associado			(300.000,00)	(300.000,00)
Ao Capital				
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				
Incorporação de capital - Ex associados				
Movimentação de Capital:				
Por Subscrição/Realização	788.350,64			788.350,64
Por Devolução (-)	(520.606,18)			(520.606,18)
Estorno Capital Subscrito				
Reversões de Reservas				
Saldo das Incorporações				
Sobras ou Perdas Líquidas			1.266.452,83	1.266.452,83
Provisão do Juros ao Capital			(293.073,35)	(293.073,35)
Subscrição de Juros ao Capital	290.060,14			290.060,14
IRRF sobre Juros ao Capital				

FATES - Atos Não Cooperativos**Destinação das Sobras ou Perdas:**

. Fundo de Reserva	97.377,95	(97.377,95)		
. F A T E S		(97.377,95)	(97.377,95)	
Saldos em 31/12/2022	7.614.908,96	2.430.820,04	778.703,58	10.824.432,58

Saldos em 30/06/2022

7.322.939,60	2.333.482,09	455.395,56	10.111.817,25
---------------------	---------------------	-------------------	----------------------

Ajustes de Exercícios Anteriores**Destinação de Sobras Exercício Anterior**

Doação

Outros Fundos

Ao FATES

Constituição de Reservas

Reversão de Outros Fundos

Em Conta Corrente do Associado

Ao Capital

Cotas de Capital à Pagar - Ex associados

Incorporação de capital - Ex associados

Movimentação de Capital:

Por Subscrição/Realização	399.654,32		399.654,32
Por Devolução (-)	(107.684,96)		(107.684,96)

Estorno Capital Subscrito

Reversões de Reservas**Saldo das Incorporações****Sobras ou Perdas Líquidas** 660.786,75 **660.786,75****Provisão de Juros ao Capital** (142.802,83) **(142.802,83)****Subscrição dos Juros ao Capital****IRRF sobre Juros ao Capital****FATES - Atos Não Cooperativos****Destinação das Sobras ou Perdas:**

. Fundo de Reserva	97.337,95	(97.337,95)		
. F A T E S		(97.337,95)	(97.337,95)	
Saldos em 31/12/2022	7.614.908,96	2.430.820,04	778.703,58	10.824.432,58

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

JOSÉ ARAÚJO FERREIRA
DIRETOR PRESIDENTECARLOS E DUARDO L ALMEIDA
DIRETOR ADMINISTRATIVOMAGDA DRUMONND NUNES CASTRO
DIRETORA FINANCEIRAVALDENICE DA CONSOLAÇÃO SOUZA
CONTADORA
CRC MG-079571-O-7



Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda COOPERTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em Reais)

1. Contexto Operacional

A Cooperativa de Crédito dos Servidores Públicos Municipais de Timóteo Ltda - COOPERTIM, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira, fundada em 10/10/1984. Durante seus 38 anos de existência vêm buscando oferecer oportunidades e ampliar sua área de atuação, incluindo também outros servidores que prestam serviços ao Município. O objetivo da COOPERTIM é atuar com eficiência e responsabilidade, auxiliando seus cooperados em ações de ordem econômica e social, através da participação mútua promovendo a igualdade de direitos. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução nº 4.434/2015 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

A **COOPERTIM** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 16/02/2023.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº 2, de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2022.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

- Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.
- A Resolução CMN 4.817/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2022.
- Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras.
- A Resolução CMN 4.818/20 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto no artigo 10, parágrafo único, que trata das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas adotando o padrão contábil internacional, que somente produziu efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.
- A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil

dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levar em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

i) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

l) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

n) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2022	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	170.757,61	899.114,30
Aplicações Bancárias (a)	4.184.078,81	3.005.086,62
TOTAL	4.354.836,42	3.904.200,92

(a) Referem-se a aplicações financeiras junto a Caixa Econômica Federal.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	7.974.559,98			6.751.888,64
Financiamentos				
Financiamentos Rurais e Agroindustriais				
Total de Operações de Crédito	7.974.559,98		6.751.888,64	6.751.888,64
(-) Provisões para Operações de Crédito	(145.876,54)		(135.577,68)	(135.577,68)
TOTAL	7.828.683,44		6.616.310,96	6.616.310,96

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
A	- Normal						0,00	0,00
A	0,5% Normal	7.277.531,57			7.277.531,58	36.387,64	5.687.371,19	28.436,86
B	1% Normal	414.084,76			414.084,76	4.140,84	767.004,57	7.670,04
B	1% Vencidas	9.000,79			9.000,79	90,00	31.501,83	315,02
C	3% Normal	55.859,12			55.859,12	1.675,77	30.141,48	904,24
C	3% Vencidas	5.521,76			5.521,76	165,65	3.887,73	116,62
D	10% Normal	11.229,71			11.229,71	1.122,97	52.697,33	5.269,33
D	10% Vencidas	53.106,98			53.106,98	5.310,72	50.288,97	5.028,90
E	30% Normal	26.859,64			26.859,64	8.057,90	36.085,68	10.825,70
E	30% Vencidas	18.375,12			18.375,12	5.512,55	7.726,67	2.318,00
F	50% Normal	0,00			0,00	0,00	764,35	382,18
F	50% Vencidas	0,00			0,00	0,00	19.973,52	9.986,76
G	70% Normal	29.576,35			29.576,35	20.703,45	0,00	0,00
G	70% Vencidas	35.278,08			35.278,08	24.694,64	0,00	0,00
H	100% Normal	0,00			0,00	0,00	31.737,46	31.737,46
H	100% Vencidas	38.014,41			38.014,41	38.014,41	32.586,17	32.586,17
Total Normal		7.815.141,15			7.815.141,15	72.088,57	6.605.802,06	85.226,21
Total Vencidos		159.297,14			159.297,14	73.787,97	145.964,89	50.351,47
Total Geral		7.974.438,29			7.974.438,29	145.876,54	6.751.766,95	135.577,68
Provisões		(145.876,54)			(145.876,54)		(135.577,68)	
Total Líquido		7.828.561,75			7.828.561,75		6.616.189,27	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	669.173,61	1.433.786,45	5.753.556,83	7.856.516,89
Financiamentos				
Financiamentos Rurais				
Conta Corrente				
TOTAL	669.173,61	1.433.786,45	5.753.556,83	7.856.516,89

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamentos Rurais	31/12/2022	% da Carteira
Setor Privado - Comércio					
Setor Privado - Indústria					
Setor Privado - Serviços					
Pessoa Física	7.974.683,44			7.974.683,44	100
Outros					
TOTAL	7.974.683,44			7.974.683,44	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(135.577,68)	(128.299,18)
Constituições	(122.717,88)	(69.193,74)
Reversões	112.419,02	61.915,24
Transferência para prejuízo		
TOTAL	(145.876,54)	(135.577,68)

)

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2022	% Carteira Total	31/12/2021	% Carteira Total
Maior Devedor	130.690,76	1,64	89.972,62	1,33
10 Maiores Devedores	753.475,93	9,45	543.162,96	8,04
50 Maiores Devedores	2.202.471,74	27,62	1.795.292,54	26,58

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	238.918,46	244.450,13
Valor das operações transferidas no período	140.934,86	93.200,84
Valor das operações recuperadas no período	(105.945,54)	(98.732,51)
Valor dos juros recebidos nas operações recuperadas		
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas		
TOTAL	273.907,78	238.918,46

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2022 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$2.009.492,07, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados				
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber				
Outras rendas a receber				
Rendimentos Centralização Financeira - Central (0,00		0,00	
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais (a)	1.801,02		8.654,37	
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (b)	500,00		500,00	
Devedores por depósitos em garantia (c)	36.186,22		33.650,75	
Impostos e contribuições a compensar				
Títulos e créditos a receber (d)	470.040,99		1.161.386,57	
Devedores diversos – país (e)	509,66		0,00	
(-) Provisões para outros créditos	(470.040,99)		(470.040,99)	
(-) Com características de concessão de crédito (f)	(470.040,99)		(470.040,99)	
TOTAL	38.996,90		734.150,70	

(a) Refere-se a valor de antecipações salariais (R\$1.801,02).

(b) Refere-se a valor antecipado ao fundo fixo (R\$500,00).

(c) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$7.302,72), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$28.883,50), totalizando (R\$36.186,22).

(d) Do valor contabilizado R\$\$470.040,99 refere-se a valores a receber da Prefeitura Municipal de Timóteo referente a diversos anos. O desconto em folha dos servidores era enviado, estes descontados nos vencimentos, porém não repassados a cooperativa.

A cooperativa ingressou em juízo, impetrando uma Ação Cautelar contra o Município de Timóteo, a ação transitou em julgado com sentença favorável a COOPERTIM, o processo encontra-se em fase de execução.

(e) Refere-se: R\$509,66 a valores a receber da Prefeitura Municipal e Timóteo referente ao mês anterior.

(f) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

	Nível / Percentual de Risco / Situação	Avais e Fianças Honrados	Outros Créditos	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2022	Provisões 31/12/2022	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021
AA	-		0,00		0,00		0,00	0,00
A	0,5%		7.277.531,67		7.277.531,67	36.387,64	5.687.371,19	22.458,62
B	1%		423.085,55		423.085,55	4.230,84	798.506,40	12.800,98
C	3%		61.380,88		61.380,88	1.841,42	34.029,21	1.020,86
D	10%		64.336,69		64.336,69	6.433,69	102.986,30	10.298,63
E	30%		45.234,76		45.234,76	13.570,45	43.812,35	13.143,70
F	50%		64.854,43		64.854,43	45.398,09	20.737,87	10.364,94
G	70%		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00
H	100%		38.014,41		38.014,41	38.014,41	64.323,63	64.323,63
Total Normal			7.974.438,39		7.974.438,39	72.088,57	6.605.802,06	85.226,21
Total Vencidos			159.297,14		159.297,14	73.787,97	145.964,89	50.351,47
Total Geral			7.974.438,39		7.974.438,29	145.876,54	6.751.766,95	135.577,68
Provisões			(145.876,54)		(135.577,68)		(135.577,68)	
Total Líquido			7.828.561,75		7.828.561,75		6.616.189,27	

7. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Participações em cooperativa central de crédito (a)	0,00	0,00
(-) integralizações a realizar		
Participações inst financ controlada coop crédito		
Outros Investimentos		
TOTAL	0,00	0,00

8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso			
Terrenos			
Edificações			
Instalações	5.947,77	5.947,77	
Móveis e equipamentos de Uso	21.980,37	21.980,37	
Sistema de Comunicação	0,00	0,00	
Sistema de Processamento de Dados	10.543,00	10.543,00	
Sistema de Segurança	0,00	0,00	
Sistema de Transporte	0,00	0,00	
(-) Total Depreciação Acumulada	(36.582,65)	(35.149,19)	
TOTAL	1.888,49	3.321,95	

9. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	4.088,99		1.709,77	
Sociais e Estatutárias	1.273.606,62		1.332.784,73	
Fiscais e Previdenciárias	9.650,74		11.261,88	
Diversas	112.626,32		113.547,86	
TOTAL	1.399.972,67		1.459.304,24	

9.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Resultado de Atos com Associados (a)	1.248.698,18		1.033.724,59	
Resultado de Atos com não Associados	0,00		0,00	
Cotas de Capital a Pagar (b)	24.908,44		48.502,37	
TOTAL	1.273.606,62		1.332.784,7	

(a) Do valor contabilizado R\$1.273.606,82: R\$955.624,83 refere-se ao FATES, que é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/197, e R\$293.073,35 refere-se a dividendos e bonificações a pagar.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

9.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar				
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros				
Impostos e Contribuições sobre Salários	9.650,74		11.261,25	
Outros				
TOTAL	9.650,74		11.261,25	

9.3 Diversas

Descrição	31/12/2022		31/12/2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos				
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros				
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	76.440,10		55.858,45	
Provisão para Passivos Contingentes (b)	36.186,22		33.589,41	
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	0,00			
Credores Diversos – País (c)	0,00		24.100,00	
TOTAL	112.626,32		113.547,86	

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com folha de pagamento, encargos, honorários da diretoria, despesas administrativas e valores a regularizar.

(b) Provisão para passivos contingentes (pis e cofins).

(c) Refere-se à contribuição cooperativista, seguro prestamista e cheques em trânsito.

10. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital Social	7.614.908,96	7.057.104,361
Associados	971	911

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) O valor da reserva atual é de R\$2.430.820,04.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2022	2021
Sobra líquida do exercício	973.379,48	645.234,59
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	0,00	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	973.379,48	645.234,59
Destinações estatutárias	(194.675,90)	(129.046,92)
Reserva legal - 10%	(97.337,95)	(64.523,46)
Fundo de assistência técnica, educacional e social = 10%	(97.337,95)	(64.523,46)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	778.703,58	516.187,67

11. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2º sem/22	2022	2º sem/21	2021
Receita de prestação de serviços	-	-	-	-
Despesas específicas de atos não cooperativos	-	-	-	-
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	-	-	-	-
Resultado operacional	-	-	-	-
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	-	-	-	-

12. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

No exercício de 2022, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$293.073,35, equivalente a 0,23% variação da SELIC. Em 2021, o montante da remuneração de juros ao capital social foi de R\$299.060,14, equivalente a 0,23% da variação da SELIC.

13. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	2º sem/21	31/12/2021
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de Empréstimos	829.057,18	1.599.310,43	772.125,72	1.494.819,17
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	11.156,38	24.923,50	25.132,39	39.286,03
TOTAL	797.258,11	1.624.233,93	797.258,11	1.534.105,20

14. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	2º sem/21	31/12/2021
Despesas De Captação				
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses				
Provisões para Operações de Crédito	(90.704,12)	(67.557,75)	(5.160,46)	(33.511,42)
Provisões para Outros Créditos				
TOTAL	(90.704,12)	(67.557,75)	(5.160,46)	(33.511,42)

15. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	2º sem/21	31/12/2021
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(21.610,86)	(38.620,86)	(17.375,00)	(28.553,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(57.006,84)	(115.800,99)	(68.786,63)	(126.973,03)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(22.833,84)	(45.311,53)	(19.237,49)	(39.035,29)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(21.872,15)	(57.628,63)	(39.378,09)	(69.851,76)
Despesas de Pessoal - Proventos	(75.010,46)	(139.940,07)	(62.396,01)	(116.322,61)
TOTAL	(198.334,15)	(397.302,08)	(207.173,22)	(380.735,69)

16. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	2º sem/21	31/12/2021
Despesas de Água, Energia e Gás	(1.868,02)	(4.978,43)	(3.029,16)	(8.516,89)
Despesas de Aluguéis	(9.640,00)	(17.380,00)	(8.300,00)	(15.880,00)
Despesas de Comunicações	(1.903,46)	(3.653,18)	(1.781,31)	(5.327,48)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	0,00	0,00)	0,00	0,00
Despesas de Material	(10.521,47)	(15.938,19)	(6.229,81)	(17.034,93)
Despesas de Processamento de Dados	(48.144,38)	(90.597,24)	(40.414,26)	(71.868,66)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(16.956,20)	(16.956,20)	(23.793,00)	(23.793,00)
Despesas de Propaganda e Publicidade	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Publicações	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Seguros	(755,14)	(1.125,14)	(1.312,23)	(1.643,97)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(3.125,30)	(5.008,81)	(2.643,24)	(5.468,28)
Despesas de Serviços de Terceiros	(135,00)	(135,00)	(838,08)	(838,08)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(49.479,01)	(84.614,22)	(40.950,41)	(60.734,92)
Despesas Tributárias	(2.566,07)	(5.342,96)	(606,13)	(1.564,75)
Despesas de Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Viagem no País	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Amortização	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Depreciação	(695,52)	(1.433,46)	(737,94)	(1.432,42)
Outras Despesas Administrativas	(29.506,41)	(59.864,87)	(33.624,75)	(69.318,31)
Emolumentos judiciais e cartorários	0,00	0,00	0,00	0,00
Rateio de despesas da Central	0,00	(12.500,00)	(20.000,00)	(42.812,45)
Rateio de despesa do Sicoob conf.	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	(175.295,98)	(319.527,70)	(184.260,32)	(326.234,14)

17. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	2º sem/21	31/12/2021
Recuperação de Encargos e Despesas				
Rendas Aplicação Financeiras	293.930,44	441.901,27	93.639,43	125.182,36
Outras - Reversão de Provisões Operacionais				
Dividendos				
Distribuição de sobras da central				
Rendas de repasses Delcredere				
Outras rendas operacionais	1.214,38	2.535,47	1.203,46	34.983,23

Rendas oriundas de cartões de crédito				
TOTAL	295.144,82	444.436,73	94.842,89	160.165,59

18. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	2º sem/21	31/12/21
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações				
Despesas de Provisões Passivas				
Outras Despesas Operacionais	(1.313,38)	(2.695,81)	(1.142,12)	(2.787,35)
Descontos concedidos - operações de crédito				
Cancelamento - tarifas pendentes				
TOTAL	(1.313,38)	(2.695,81)	(1.142,12)	(2.787,35)

19. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/22	31/12/2022	2º sem/21	31/12/2021
Lucro em Transações com Valores de Bens				
Ganhos de Capital				
Ganhos de Aluguéis				
Outras Rendas não Operacionais	(8.924,00)	(15.134,50)	(6.707,46)	(6.707,46)
(-) Perdas de Capital				
(-) Despesas de Provisões não Operacionais				
Resultado Líquido	660.786,75	1.266.452,83	487.657,42	944.294,73

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de <2022>:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	-	-	-
TOTAL	-	-	-
Montante das Operações Passivas	-	-	-

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2022:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Crédito Rural	-	-	-
Empréstimo	304.016,45	1.898,79	3,88

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	-	-	-
Depósitos a Prazo	-	-	-

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.
Empréstimos	1,5%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	-

(*) As operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2022	
CPR (física, financeira, coobrigações)	-
Empréstimos e Financiamentos	-
Crédito Rural (modalidades)	-
Aplicações Financeiras	-

d) Créditos baixados como prejuízo no decorrer do período:

MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS BAIXADOS COM PREJUÍZO DE PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2022	
Cobrança Administrativa	-
Cobrança Judicial	-
Não cobrados	-
TOTAL GERAL	-

e) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	-
Empréstimo	-

f) As doações efetuadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

DOAÇÕES A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2022 (R\$)	
Pessoa Física	-
Pessoa Jurídica	-
TOTAL DOAÇÕES	-

g) As obrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

2022	2021
-	-

h) No exercício de <2020> os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2022 (R\$)	
Honorários - Conselho Fiscal	38.620,86
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	115.800,99
Encargos Sociais	45.491,00
Plano de Saúde	-

i) No decorrer do exercício houve aquisições no montante de R\$0,00, por partes relacionadas, de Bens recebidos pela Singular em dação e pagamento, bem como da venda de bens patrimoniais da Cooperativa.

21. Desfiliação da Cooperativa Central

Considerando a desfiliação da COOPERATIVA DE CRÉDITO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMÓTEO LTDA. – COOPERTIM, DO SICOOB CENTRAL CECREMGE no ano de 2021.

Em 2021, considerando que COOPERTIM tornou-se cooperativa singular independente, foi iniciado processo de implementação de estrutura simplificada de gerenciamento contínuo de riscos, nos termos dos arts. 61 a 67 da Resolução no 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, além dos requisitos adicionais previstos nos art. 19 a 30 da Resolução no 4.606, de 19 de outubro de 2017.

A partir de 2022, o monitoramento e Gestão de Riscos (Matriz de Riscos); ACIR Centralizado e ouvidoria passou a ser realizado pela própria cooperativa.

22. Gerenciamento de Riscos

A gestão integrada de riscos e de capital abrange os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental e de gerenciamento de capital.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

22.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

22.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela cooperativa,

e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

22.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

22.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete a administração da cooperativa a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política de risco de crédito, além do monitoramento das carteiras de crédito.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

22.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

23. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.606, de 19/10/2017, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	2022	2021
Patrimônio de Referência	364.217,58	364.217,58

Timóteo, MG, 20 de março de 2023

Jose de Araújo Ferreira
Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida
Diretor Administrativo

Magda Drummond Nunes Castro
Diretora Financeira

Valdenice da Consolação Souza
Contadora
CRC MG-79.571-O-7

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do exercício de 2022 da Cooperativa de Crédito dos Servidores Municipais de Timóteo Ltda – COOPERTIM, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2022 a Coopertim completou 38 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2022, a Coopertim obteve uma sobra bruta de R\$1.266.452,83 no ano, ficando uma sobra líquida a disposição de assembleia de R\$778.703,58.

3. Ativos

Os recursos depositados na Caixa Econômica Federal somaram R\$4.354.836,42, por sua vez a carteira de créditos representava R\$7.828.683,44.

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2022 o percentual de 15,23% da carteira, no montante de R\$1.192.518,39.

4. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência da Coopertim era de R\$364.217,58.

O quadro de associados era composto por 971 Cooperados.

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do "RATING" (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

Coopertim adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 96,58% nos níveis de "A" a "C".

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral. A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, e está desenvolvendo uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.



7. Conselho Fiscal

Eleito na AGO 28/04/2021, com mandato até a AGO de 2023, o Conselho Fiscal tem a responsabilidade de verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Sistema de Ouvidoria

A partir de 2022 a ouvidoria passou a ser realizado pela própria cooperativa e representou um importante avanço a serviço dos cooperados, e dispõe de diretor responsável pela área e apoio a ouvidoria.

A ouvidoria segue de acordo com modelo de componente único de ouvidoria, conforme previsto na Resolução 3.849/10 do Conselho Monetário Nacional.

Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria da COOPERTIM, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2022, a Ouvidoria não registrou nenhuma manifestação de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe da Coopertim aderiram em 15/03/2010, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional da Cooperativa. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos Associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Timóteo, 20 de março de 2023

Conselho de Administração

Jose de Araújo Ferreira

Carlos Eduardo Lisboa e Almeida

Magda Drummond Nunes Castro

José Oleni Gonçalves

Raimundo Martins dos Santos

Diretoria Executiva

Jose De Araújo Ferreira

Diretor Presidente

Carlos Eduardo Lisboa E Almeida

Diretor Administrativo

Magda Drummond Nunes Castro

Diretora Financeira